

# FAMÍLIA, DEMOGRAFIA E MULHERES: DIÁLOGO ENTRE CAMPOS HISTÓRICOS\*

*Francesco Suanno Neto\*\**

**Resumo:** Este texto procura desenvolver um aprofundamento na discussão a respeito dos campos da História da Família, da História das Mulheres e da Demografia Histórica, a partir das possibilidades e necessidades de contato entre eles, proporcionadas, ou mesmo exigidas, para o preenchimento das lacunas e a elaboração de novas hipóteses de trabalhos. Para tanto empreende-se discussões específicas de cada um dos campos. O enfoque nessas questões visa promover a desmistificação das generalizações historiográficas, que, muitas vezes, impedem de enxergar as multifacetadas das famílias e das relações de gênero na História do Brasil.

**Palavras-chave:** Família; Mulheres; Demografia.

**Abstract:** This text seeks to develop a deepening in the discussion of the fields of Family History, Women's History and Historical Demography, as of possibilities and needs contact between them, provided, or even required, to fill the gaps and development of new hypotheses of work. Therefore, undertakes to specific discussions of each of the fields. The focus on these issues aimed at promoting the demystification of historiographical generalizations that often prevent them from seeing the multifaceted families and gender relations in the history of Brazil.

**Keywords:** Family; Women; Demography.

231

---

\* Artigo submetido à avaliação em 13 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 17 de agosto de 2015.

\*\* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (2014). Licenciado e bacharel em História pela mesma instituição (2008).

A chamada “História Nova” representou, para os historiadores, uma verdadeira revolução metodológica. Do empenho dos integrantes da Escola dos *Annales*, encontra-se a insistência na pluralidade de temáticas, o que permitiu o alargamento do território da História e de suas fontes, além do contato substancial com demais áreas de conhecimento na interpretação dos objetos. Como consequência, ocorreu uma ampliação no território de interesse dos historiadores, o qual alcançou patamares impensáveis pela historiografia tradicional europeia. A expressão “tudo é história”, marca da historiografia dos *Annales*, representa bem essa perspectiva. Peter Burke (1992, p. 16) aponta que a preocupação desse grupo com a abrangência das atividades dos seres humanos encorajou as práticas historiográficas interdisciplinares.

A expressividade desses novos paradigmas é confirmada por sua larga utilização no conteúdo da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada no ano de 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Os fundadores utilizaram-na como um verdadeiro amplificador do apelo à prática e à abordagem interdisciplinar no fazer do historiador. Burke (1997, p. 38) sublinha que, em seus escritos, Febvre expressava sua combatividade em defesa de um “novo tipo de história”, pautada pela pesquisa interdisciplinar, por uma história-problema (isto é, uma disciplina orientada por problemas), uma história da sensibilidade (que se interessa pelas pessoas, suas intimidades e contradições) e, por fim, uma história total (que leva em conta aspectos além do político, social ou econômico).

232

Dessa forma, percebe-se que, desde o surgimento da *Annales*, houve uma ampliação dos diálogos entre os campos históricos, o que, de acordo com o historiador José D’Assunção Barros, dentre outras definições

[...] também pode ser entendido como uma “modalidade histórica” ou uma subespecialidade da História enquanto âmbito disciplinar – corresponde àquelas subdivisões que começaram a ser idealizadas ou percebidas no interior da História-Disciplina, à medida que a historiografia foi se tornando cada vez mais complexa (BARROS, 2011, p. 193).

Os chamados “campos históricos” estão em permanente contato e mutação. De acordo com a necessidade, as relações são feitas em busca de resultados mais precisos. Além disso, novos campos são constantemente inaugurados, bem como outros antigos vão perdendo o interesse conforme as ideologias e paradigmas de uma respectiva época.

Para compreender então a ideia dos diversos campos históricos, Barros propõe três critérios de divisões da História. O primeiro se conhece por *dimensões* e pode ser definido como o primeiro plano do historiador diante de determinada sociedade ou o seu enfoque inicial. Por exemplo, a História Demográfica, a partir dessa percepção, seria uma dimensão ou uma forma de o historiador enfatizar certa perspectiva da

vida social. O segundo grupo de critérios divisores do saber histórico se refere aos métodos – modos de fazer a disciplina –, aos tipos de fontes e aos modos como o historiador trabalha com elas. Como exemplos de abordagens, podem-se citar a História Quantitativa, a História Regional, a História Oral ou a História Serial. O terceiro e último grupo elencado são os *domínios*, que se referem de forma mais direta às temáticas escolhidas pelos historiadores. Esse conjunto de temas possui um número indefinido de possibilidades. Entre elas, destacam-se os “agentes históricos”, como a mulher ou o trabalhador, os “ambientes sociais”, como o rural e o urbano, os “âmbitos de estudo”, como a arte e a sexualidade, entre muitas outras possibilidades.

Algumas questões adjacentes precisam ser mencionadas para a compreensão de como se estabelecem as relações entre *dimensões*, *abordagens* e *domínios*. As inúmeras combinações de enfoques, métodos e temas são verificadas nos mais diversos estudos da História.

É relevante ressaltar que os *domínios*, por exemplo, tendem a ser englobados por uma *dimensão* ou mesmo divididos entre duas ou mais *dimensões*. Isso significa dizer que as *dimensões*, as *abordagens* e os *domínios* da História não devem ser vistos como compartimentos, mas sim como espaços de interatividade, nos quais se operam os diálogos historiográficos por excelência.

A visão compartimentada é nociva ao conhecimento histórico, afinal, os campos não podem se constituir como prisões limitadoras da ação do historiador, em vez disso, precisam ser entendidos

233

[...] como dimensões, abordagens e domínios que se interpenetram. O que possibilita a conexão de certos campos históricos, em um momento específico que é o da realização da pesquisa e da reflexão historiográfica, é o objeto de estudo constituído pelo historiador. É esse objeto de estudo que chamará a si certas possibilidades de conexão entre os campos históricos (BARROS, 2011, p. 206).

A hiperespecialização do profissional da História tem grande potencial para prejudicar o desenvolvimento da disciplina por inteiro, pois uma pesquisa que trabalhe com resultados de caráter quantitativo, se aventada por avaliações qualitativas, é capaz de proporcionar resultados mais relevantes e mesmo mais precisos.

Enfim, o entendimento das possibilidades empreendidas junto aos diálogos entre *dimensões*, *abordagens* e *domínios* históricos se torna imprescindível para o florescimento de uma disciplina mais plural e preocupada com resultados socialmente relevantes. Barros afirma que o caleidoscópio historiográfico vive suas mutações e que “estes rearranjos são eles mesmos produtos históricos, derivados das tendências de pensamento de cada época e das suas motivações políticas e sociais” (BARROS, 2010, p. 21).

Tanto no Brasil quanto no exterior, os historiadores estão convencidos de que, escondidos em seus campos de trabalho, dificilmente conseguirão responder às problemáticas mais complexas colocadas pela História. Um diálogo específico que se iniciou na Europa e nos Estados Unidos e que, na década de 1970, estabeleceu-se no Brasil tomou proporções e chegou a resultados relevantes para a História Social. A partir da publicação do livro *História Social da Criança e da Família*, de Philippe Ariès, no ano de 1962, deu-se um progresso metodológico importante nos estudos sobre família. Foi observado que o campo de *dimensões* da História Demográfica poderia avançar sobre os estudos dos *domínios* da História da Família, e esse contato possibilitaria uma série de revisões na historiografia, pautando-se principalmente em coletas de dados diretamente dos arquivos.

No decorrer da década de 1970, no Brasil, historiadores influenciados por esses novos aportes metodológicos, principalmente pela Demografia Histórica, começaram a repensar a unanimidade que representava os modelos explicativos da família existentes na História do Brasil.

Os estudos inseridos na *dimensão* da História Demográfica e nos *domínios* da História da Família, sobretudo da História das Mulheres, puderam aproveitar o fim das limitações dos paradigmas tradicionais e se colocaram à disposição para uma verdadeira conversa entre esses campos históricos, o que culminou na publicação de importantes projetos e trabalhos desses três campos.

234

No Brasil, os estudos específicos sobre família foram escritos somente no século XX, e o sociólogo Gilberto Freyre foi o autor mais lido e criticado. Seu olhar pioneiro para o cotidiano familiar da população marcou a historiografia brasileira e trouxe inovações significativas quanto aos métodos de análise e às interpretações da sociedade brasileira estabelecida.

Na obra *Casa-grande & senzala*, publicada em 1933, Freyre (2006) buscou demonstrar que a família brasileira era o resultado da transplantação do modelo familiar português adaptado ao ambiente colonial e que esse modelo possuiria características patriarcais e inclinações conservadoras. Além disso, Freyre argumentou que a casa-grande, junto à senzala, representou um complexo sistema econômico, social e político, chegando a afirmar que a história social da casa-grande era a história íntima de quase todo brasileiro.

O autor se tornou precursor da difusão de um modelo de estrutura familiar que comumente é chamado de "família patriarcal brasileira", no qual eram estimuladas a dependência na autoridade do pai e a solidariedade entre os parentes. Durante décadas, essa obra foi exaustivamente pesquisada e debatida dentro e fora da academia, o que fez com que tal modelo se tornasse parâmetro para toda a história da família brasileira.

As obras da historiografia brasileira posteriores à publicação de *Casa-grande & senzala*, um clássico nacional com alcance internacional, possuem influência direta de Freyre: suas preocupações foram retomadas, tanto para corroborá-las quanto para contestá-las.

Além de Freyre, Antonio Candido (1951) também se tornou um expoente dos estudos sobre a instituição familiar. O artigo *The Brazilian Family*, publicado em 1951, foi além dos estudos de Freyre nesse aspecto. Candido pesquisou os modelos de família existentes no Brasil entre os séculos XVI e XIX e afirmou que a sociedade colonial era formada pelas porções familiar, que seria patriarcal, e não familiar, que reuniria um contingente humano socialmente inferior.

Para o autor, a composição da família brasileira era baseada na solidariedade do parentesco, não ficando limitada apenas a pais e filhos, e integrava assim grupos maiores. Por conta da mistura étnica, da escravidão institucionalizada e da baixa densidade populacional brasileira, o abastardamento tornou-se comum e criou uma configuração na qual o núcleo familiar legal funcionava como eixo de sustento da sociedade.

De acordo com Freyre e Candido, algumas características do período colonial brasileiro, como a descentralização administrativa, a profunda concentração fundiária e a rigorosa dispersão populacional, foram responsáveis pela instalação de uma sociedade do tipo paternalista, na qual as relações sociais de caráter pessoal eram fundamentais. Ressalta-se que a estrutura econômica essencialmente agrária, latifundiária e escravocrata impulsionou a formação dessa sociedade paternalista.

O modelo de família patriarcal se sustentou a partir da incorporação de seus membros aos clãs, assim garantindo a indivisibilidade dos bens e do poder. Dessa forma, observa-se que, tanto para Freyre quanto para Candido, ainda no período colonial brasileiro, a distância da metrópole e as dificuldades da vida nos trópicos estimulavam as pessoas a procurarem a proteção de figuras mais poderosas que desfrutavam de um favoritismo por parte da Coroa. Essa iniciativa privada paternalista e autoritária gozava de prestígio social, econômico e moral. Enfim, a composição da família brasileira era entendida como uma vasta parentela em expansão tanto verticalmente, por meio da miscigenação, quanto horizontalmente, pelos casamentos oficiais entre as camadas altas brancas (SAMARA, 2004, p. 13).

Por muito tempo, aquele modelo patriarcal de família criado por Freyre serviu de base para toda e qualquer caracterização da família brasileira. O consenso permaneceu imaculado e estático, sendo aceito plenamente pela historiografia durante mais de 40 anos. Mesmo a possível existência de variações temporais ou geográficas não era colocada em pauta, e esse parâmetro ofuscava as outras possibilidades modelares de famílias (SAMARA, 2004, p. 8).

A permanência de um modelo de referência estático se devia principalmente ao fato de que poucos pesquisadores recorriam a arquivos e fontes alternativos. Essa restrição metodológica impedia a contestação de obras basilares da historiografia brasileira.

Pesquisadores europeus e norte-americanos, como Louis Henry e Peter Laslett, observaram que a Demografia Histórica poderia avançar sobre os estudos da família e passaram a propor novos caminhos e abordagens à historiografia, pautando-se em coletas de dados diretamente dos arquivos.

Os historiadores, no Brasil, influenciados principalmente pela Demografia Histórica, começaram a criticar o olhar unilateral do modelo explicativo da família patriarcal instituído por Freyre. Estudos e pesquisas em arquivos, de caráter tanto qualitativo como quantitativo, evidenciaram que as famílias de tipo patriarcal não foram as mais comuns no Brasil Colônia, sendo mais habituais as famílias de estrutura mais simples e com menor número de integrantes. Essas constatações buscaram comprovar que o modelo de família freyreano foi indevidamente utilizado para identificar a família brasileira.

Entre as principais críticas feitas ao modelo patriarcal de família estabelecido por Freyre, aponta-se que ele seria muito genérico para atender a toda territorialidade brasileira. Engessado, o modelo não conseguiria explicar as variações nas estruturas familiares geradas em função do tempo, do espaço e dos grupos sociais.

236 Além disso, como alerta Danda Prado (1985), existe um fator determinante para a existência da família patriarcal, que é a manutenção de um patrimônio. Esse, como se sabe, não é o caso de sociedades marcadas por uma desigualdade social pujante e cujos membros precisam contar com sua força de trabalho para sobreviver. A autora afirma que esse argumento ajuda a desmistificar a ideia de que os arranjos familiares do passado eram estáticos, abrindo espaço para a provável existência de arranjos mais plurais.

Cabe destacar que, também para Mariza Corrêa (CORRÊA *apud* ALMEIDA, 1993), a família de tipo patriarcal existiu e possuiu um importante papel, contudo não permaneceu sozinha, muito menos caracterizou por completo o processo de formação da sociedade brasileira em sua territorialidade e temporalidade. A autora afirma que a historiografia brasileira esteve baseada no padrão dominante que a família patriarcal se tornou, como se a história de vida de um personagem central fosse suficiente para entender toda a história brasileira ou, ainda, como se todas as possibilidades se reduzissem naturalmente a um caminho único, limitando desdobramentos múltiplos.

Corrêa reflete sobre as formas de organização familiar no Brasil e conclui que seria impossível reduzir as possibilidades inscritas em todo espaço territorial e temporal a pouquíssimas variações. Para ela, o conceito de família patriarcal como foi usado pela historiografia tradicional achatou as diferenças e alocou os objetos de estudo em moldes que acabaram se tornando pontos centrais de referência da História Social brasileira.

Apesar das ressalvas, é fato que características discutidas a respeito das famílias patriarcais estão presentes em outras estruturas familiares da sociedade brasileira. Mesmo nas famílias que viviam à margem dos latifúndios monocultores, a autoridade era a figura do homem, que também detinha o poder econômico e decisório e exercia domínio sobre os outros membros de sua unidade doméstica. Samara aponta que o chefe da família cuidava tanto dos negócios quanto da preservação da linhagem e da honra familiar; assim, o homem buscava valer-se diante da mulher, dos filhos e dos demais dependentes. Devido à necessidade de enfatizar a autoridade masculina, a esposa representava um papel restrito apenas ao âmbito familiar. Ao se casarem, as mulheres passavam da guarda do pai para a do marido, mantendo os cuidados domésticos, bem como os da prole (SAMARA, 2004).

Todavia, expoente nos estudos a respeito de família no Brasil, Samara demonstra que a aplicação do modelo de família patriarcal como predominante no Brasil, dos séculos XVI ao XIX, faz-se de modo genérico. A autora menciona que estudos contemporâneos às suas pesquisas mostram que o modelo patriarcal foi usado de forma imprópria. Também relata que, principalmente nos séculos XVIII e XIX, as famílias possuíam estruturas mais simples, distinguindo-se, assim, do complexo tipo familiar patriarcal. Este assumiu diferentes configurações de acordo com sua localização geográfica e temporal e, mesmo assim, tal modelo foi, por décadas, utilizado como única referência para toda sociedade.

Ainda na obra *A família brasileira*, Samara demonstra que as famílias extensas – compostas de casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados – não foram o tipo predominante em São Paulo. Utilizando a Demografia Histórica, a partir de uma investigação junto às contagens de população, a autora afirma que as famílias paulistas eram de estrutura mais simples e com poucos integrantes. Por conta disso, ela destaca a ineficiência do modelo patriarcal freyreano em adequar-se à sociedade paulista e, conseqüentemente, à sociedade brasileira como um todo. Samara aponta que sua constatação não invalida a concepção de família patriarcal de Gilberto Freyre, porém esta estaria geograficamente centralizada nas áreas de lavoura canavieira do Nordeste colonial.

Corroborando os argumentos de Samara, Corrêa, no artigo *Repensando a família patriarcal brasileira*, publicado na obra *Colcha de retalhos*, de 1993, insiste que não há possibilidade sequer de imaginar a história da família brasileira que não em um panorama mais rico. Para ela, a utilização de apenas um modelo achatou as diferenças, comprimindo-as até caberem em um único molde, que foi utilizado amplamente como referência quando se discutia a família no Brasil até os anos de 1970. Além disso, seria inadequado afirmar que a família brasileira, dispersa e flexível, tenha se acomodado num modelo único e rígido, no qual se mudam os personagens, mas não os papéis.

Corrêa é incisiva na crítica à homogeneização cometida pela literatura. A estudiosa chega a comparar Freyre e Candido aos “darwinistas sociais” do século XIX, que modelavam a história de acordo com as formas correspondentes às camadas “senhoriais”.

Ao encontro dos resultados das pesquisas realizadas por Corrêa e a partir de uma ampla pesquisa em arquivos, Samara questiona quando e como foi substituído o tipo patriarcal por outros, que demais modelos coexistiram com o patriarcal na sua forma tradicional e quais variações ocorreram nos papéis masculinos e femininos em função dessa modificação. Samara, ao utilizar o exemplo paulista, conclui que a família extensa ou patriarcal assumiu características diferentes, variando suas relações de acordo com o contexto regional e, ainda, transformando-se com o tempo. Por fim, relata que, não só em São Paulo, mas também em Minas Gerais, eram mais comuns as famílias que se estruturaram de forma mais simples e com menor número de integrantes. Chega, inclusive, a inferir que “Tudo leva a concluir que o panorama se repete para outras áreas, mesmo se considerarmos aquelas ainda não pesquisadas” (SAMARA, 2004, p. 84).

A partir desse novo panorama, Corrêa aponta que o modelo de família patriarcal tornou-se o “retrato da família brasileira”, sendo usado por muito tempo como parâmetro desta. Além disso, a homogeneização do modelo freyreano levava à conclusão de que os outros tipos de modelos familiares eram inexpressivos. Destarte, a autora questiona se seria possível reproduzir todos os personagens da história brasileira apenas na figura de um senhor e conclui que, para responder a esse questionamento, seria necessária uma análise interna dos textos de Gilberto Freyre e Antonio Candido. Para ela, nos estudos dos dois autores, ocorre uma homogeneização histórica, já que tratam de situações bem localizadas no tempo e no espaço, além de os textos terem sido colocados como matriz comum de toda sociedade brasileira.

Visando confirmar esse entendimento de homogeneização, Corrêa demonstra que, para a produção de tabaco e algodão, cultivados largamente em diversas regiões brasileiras, era preciso um baixo investimento inicial de capital se comparado ao necessário em um engenho de açúcar. Ademais, a produção diversificada não exigia a presença de um número significativo de escravos, em alguns casos, o cultivo poderia ficar a cargo apenas dos membros da família. Assim, demonstra-se que um modesto conjunto de digressões já seria suficiente para enriquecer o panorama da família brasileira com novos elementos, modificando o quadro estático identificado por Corrêa, qual seja,

O problema principal de ambos os textos – Casa Grande e Senzala e “*The Brazilian Family*” – é o contraste entre essa sociedade multifacetada, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda, lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira (CORRÊA *apud* ALMEIDA, 1993, p. 24).

Logo, ficam evidentes a existência conjunta de vários modelos e a necessidade de verificação dos tipos de família existentes em diferentes regiões e temporalidades. Na obra *Mulher: do destino biológico ao destino social*, publicada em 1997, Nader observa que “Não há uma única história da família, um único modelo, mas sim uma verdadeira diversidade de formas domiciliares que variam, não só ao longo da história, mas em pontos imprecisos do tempo” (NADER, 1997, p. 45).

Existe uma distinção, que cabe aqui ser colocada, entre os conceitos de família e unidade doméstica. As unidades domésticas podem ser compostas por uma ou mais pessoas que dividem as despesas essenciais da vida doméstica e, neste caso, as pessoas podem ou não ter relações de parentesco. De forma mais genérica, a unidade doméstica compreende todas as pessoas que residem juntas em um domicílio. Já o conceito de família abrange as unidades domésticas formadas por pelo menos duas pessoas e cujos membros possuam algum parentesco em determinado grau, por meio dos laços de consanguinidade, adoção ou casamento. Embora as funções da unidade doméstica e da família se confundam, os conceitos são diferentes, e os pesquisadores devem ter cuidado ao utilizá-los (SABOIA; COBO, 2013).

A percepção de que o passado brasileiro possui evidentes digressões ao modelo patriarcal sugere minimamente um ambiente mais diverso no que diz respeito à configuração das famílias e unidades domésticas. A abordagem dessa diversidade como ponto de partida possibilita a ampliação do campo de visão da historiografia sobre o *domínio* da História da Família. Notar a complexidade das composições das famílias estimula o contato com outras *dimensões, abordagens e domínios* da História. Em específico, a aproximação entre a História da Família e a *dimensão* da Demografia Histórica conduziu reflexões pertinentes para a historiografia tanto no Brasil quanto no exterior.

Pelo mundo, séries documentais de caráter quantitativo possibilitaram estudos importantes que buscavam entender os processos humanos em várias áreas das Ciências Sociais. Na Europa do pós-guerra, mais precisamente a partir da década de 1950, historiadores interessados nas fontes quantitativas se debruçaram sobre a História Social e passaram a discutir, primeiramente, a história dos preços e das populações. Já na década de 1970, os trabalhos de caráter quantitativo começaram a marcar a história cultural, fazendo-se presentes em estudos tanto da História da Religião quanto da História das Mentalidades (BURKE, 1997).

No Brasil, os historiadores também abriram os olhos para a utilização dos dados demográficos do passado na construção de modelos e narrativas mais próximos da realidade. Isso ocorreu principalmente a partir da década de 1970. Aliar as pesquisas de caráter qualitativo com os dados quantitativos proporcionou um enriquecimento

ímpar para a História Social Brasileira, principalmente sobre a História da Família e nos estudos sobre as mulheres. Para Ismênia Tupy (2000), ao longo das últimas décadas, a chamada Demografia Histórica transformou os estudos da família em um dos principais eixos da História Social Brasileira.

A autora destaca uma série de possibilidades nos estudos de caráter demográfico, por exemplo, o papel crucial da Demografia Histórica no debate a respeito da família escrava no Brasil. As listas nominativas de habitantes, matrículas de escravos, registros de casamentos e outros são instrumentos importantes na investigação das famílias de livres e escravos, bem como na relação estabelecida entre essas pessoas. Todavia, o acesso às fontes ou o estado de conservação destas dificultaram os trabalhos, principalmente nas pesquisas realizadas em arquivos, pois o estado precário deles, além da falta de arquivistas especializados, tornou a atividade do pesquisador ainda mais árdua.

Apesar das adversidades, a potencialidade dos trabalhos que utilizam fontes demográficas é reconhecida pela historiografia. Sérgio Odilon Nadalin (1994), nesse sentido, na obra *Demografia numa perspectiva histórica*, de 1994, destaca que as contagens de população locais bem como o censo de Curitiba de 1797 se fazem como uma “fotografia” da população contada. Para o historiador, esse modelo de fonte capta um instante do dinamismo da população, um momento específico ou até mesmo sua estrutura.

240 Dessa forma, os estudos históricos pautados em fontes demográficas trouxeram novas perspectivas aos tradicionais métodos praticados. A revelação de modelos novos promoveu um embate junto às correntes tradicionais, e o resultado foi uma verdadeira revisão. O exemplo mais expressivo se fez na História da Família, como foi discutido anteriormente.

Para Maria Luiza Marcílio (1984, p. 11), na obra *População e Sociedade*, publicada em 1984, o contato entre a Demografia e a História resultou em uma união bem-sucedida, pois

[...] cada uma trouxe como contribuição seu dote específico: da Demografia vieram técnicas e métodos exigentes, rigorosos, quantitativos e um tratamento especial para as fontes de informação, a fim de se chegar ao conhecimento dos fenômenos vitais e sistemas humanos das coletividades pretéritas. Da História vieram as formas de analisar estruturas e conjunturas sociais, fundadas na quantificação e na metodologia qualitativa, preocupadas em descobrir a complexidade e a relatividade do homem global.

Para Marcílio, o então encontro das duas áreas produziu uma nova ciência, a Demografia Histórica, que, nos últimos tempos, vem revelando uma sociedade enriquecida, multifacetada e, acrescenta-se ainda, mais complexa.

Os trabalhos que versam sobre o século XIX discutem os documentos, os quais são marcados por uma significativa mudança na importância dada às estatísticas pelos

governos da época. Altos investimentos foram feitos com o intuito de mensurar com mais detalhes o tamanho das populações, seus movimentos, suas subdivisões étnicas e até mesmo religiosas.

A obtenção de estatísticas oficiais colocava a nação na vanguarda da “civilização” e, ao mesmo tempo, abastecia o serviço público com um mapeamento da população em forma de dados. Dentre outras potencialidades, destacam-se a quantificação dos contingentes militares, a matematização do recolhimento de tributos e a racionalização dos investimentos públicos. Tarcísio Botelho (2005, p. 331) aponta que as estatísticas oficiais possuíam até mesmo um caráter moral que “prepararia o país para tal compromisso, um encontro com a civilização”.

Durante o período mercantilista português, verificou-se uma racionalização da administração colonial e até as listas nominativas da época passaram por uma sofisticação. A partir de então, os dados coletados deram destaque às questões econômicas em detrimento das militares. Essas informações buscavam se articular mais diretamente a uma política de estímulo à ocupação do território e ao crescimento da população (NADALIN, 1994).

No âmbito internacional, essa sofisticação ocorreu principalmente no decorrer do século XIX, quando o interesse dos europeus pela produção de informações estatísticas cresceu. Já em 1834, verifica-se o ímpeto público nos dados estatísticos com a fundação da *Statistical Society of London*. Além disso, data de 1853 a realização do primeiro Congresso Internacional de Estatística, organizado pelo “pai das estatísticas públicas”, Adolphe Quételet, em Bruxelas. Esse encontro voltaria a acontecer durante todo o século, marcando o crescente interesse pelas informações estatísticas da população.

No Brasil do século XIX, também se observa uma preocupação especial com os dados demográficos. A transição política, representada pelo processo de independência, produziu um repertório significativo de continuidades de projetos e estratégias da época de domínio colonialista português. Entre outras continuidades, destaca-se a metodologia utilizada nas contagens de população, afinal, os mesmos procedimentos e preocupações da Coroa portuguesa circulavam no nascente Império brasileiro. Até o período conhecido como Regência, para a delimitação dos responsáveis e a apuração das informações, eram basicamente utilizados os mesmos métodos dos tempos coloniais, ou seja, os encarregados mantiveram-se praticamente os mesmos do período anterior. Estes organizavam listas locais com a discriminação de todos os residentes na região, e, por sua vez, as listas eram enviadas aos governos centrais das províncias, os quais ficavam incumbidos de interpretar os resultados e, quando necessário, enviá-los ao Rio de Janeiro, sede imperial.

Outra permanência de caráter técnico nos procedimentos das contagens de população são as categorias censitárias, que estavam claramente de acordo com a ordem social segmentada do escravismo vigente. Para Botelho, a preocupação em registrar a cor seria uma clara herança do passado colonial português. De forma geral, os levantamentos dividiam a população em três grupos – os brancos, os de ascendência africana nascidos no Brasil (mestiça ou não) e, por fim, os pretos. Cabe ressaltar que, onde a população indígena fosse relevante, essa categoria também era utilizada, podendo ser descrita como “caboclos”. Botelho destaca que “essa herança portuguesa, ou mesmo ibérica, teria depois uma importância significativa na construção da nação brasileira, e com isso me refiro à centralidade dada à questão racial na definição da nossa nacionalidade” (BOTELHO, 2005, p. 327).

Contar os brasileiros tinha por objetivo a medição do alcance da nação no que diz respeito ao recolhimento de impostos e, sobretudo, dispor de dados sobre o recrutamento militar. A aglutinação desse arcabouço de informações demográficas relacionava-se diretamente à potencialidade do nascente império. De acordo com a perspectiva vigente desde a colônia, quanto maior a população, mais próspero seria o futuro da nação.

Com o advento do Segundo Reinado, uma nova perspectiva se instituiu. Os interesses anteriormente citados foram mantidos, contudo, uma questão se destacou devido a uma emergente necessidade. De acordo com Botelho (2005, p. 328), houve uma reconstrução da ordem política e, assim, após a experiência regencial, fez-se necessário “estabelecer as bases de um sistema eleitoral confiável”. Dessa forma, para a construção de uma máquina eleitoral mais sofisticada e para controlar satisfatoriamente tal sistema, tornou-se essencial conhecer melhor a população brasileira.

A empreitada de contar a população no Brasil não aconteceu sem percalços, uma vez que, por ser um império de proporções geográficas continentais, houve muitas dificuldades na condução das contagens. As localidades se tornavam ainda mais distantes devido à precariedade dos sistemas de comunicação, bem como de transporte. Tudo isso em um contexto modesto no que diz respeito ao aparelho estatal, o qual carecia de investimentos e mantinha gastos excessivos.

Outras dificuldades podem ser cogitadas, como a presença de silvícolas hostis ou mesmo a resistência da população diante de práticas pouco compreendidas. As contagens, com frequência, enfrentavam a desconfiança popular e, entre as desconfianças dos processos, eram comuns tanto o receio pelo recrutamento, muitas vezes forçado, quanto a possibilidade de aumento dos impostos. Até mesmo o lento processo de laicização da administração pública imperial ocupou o imaginário de resistência da população diante das contagens. Botelho averigua que, entre a população livre negra, existia um medo de uma possível reescravização (BOTELHO, 2005).

Apesar das dificuldades na produção dos documentos, eles se fazem de suma importância para os historiadores. A partir deles, por exemplo, Marcílio (1984) observou, para o século XIX, quatro sistemas demográficos no Brasil. Esses sistemas buscam agrupar dados colhidos junto à produção dos historiadores demógrafos. O primeiro se chama Sistema Demográfico das Economias de Subsistência, no qual as relações sociais são baseadas no trabalho familiar, a noção de propriedade da terra é fluida e, como o próprio nome destaca, a agricultura caracteriza-se pela subsistência. Nesse sistema, a escravidão está em segundo plano, e o parentesco possibilita sanar as dificuldades a partir da ajuda mútua, conhecida como “mutirão”. Entre as principais características demográficas, ressaltam-se a mortalidade relativamente elevada, a fecundidade, o crescimento natural e o número de famílias legítimas igualmente elevado.

No segundo, Sistema Demográfico das Economias de *Plantation*, a monocultura latifundiária e escravista era pano de fundo para famílias extensas e, pelo menos as dos proprietários, além de extensas, eram comumente legítimas, possuindo formas de transmissão da terra bem estruturadas. A manutenção da propriedade da terra resguardava-se por casamentos endogâmicos ou até mesmo consanguíneos. Destacam-se, entre as características demográficas, uma mortalidade elevada da população livre e a fecundidade legítima alta se comparada às regiões de policultura ou subsistência; contudo, configura-se um lento ritmo de crescimento natural.

O terceiro é conhecido como Sistema Demográfico das Populações Escravas e se caracteriza principalmente pela constante tentativa de limitação, por parte dos senhores de escravos, da formação de famílias legítimas e estáveis, o que provocou taxas de nupcialidade insignificantes. Além disso, as doenças e as péssimas condições de alimentação e trabalho provocavam um alto grau de mortalidade, resultando assim num crescimento vegetativo normalmente negativo dos escravos no Brasil do XIX.

O último é denominado Sistema Demográfico das Áreas Urbanas no Século XIX e possui aspectos demográficos bem diversos, com estruturas e ritmos opostos aos das áreas rurais. Além disso, os trabalhadores possuem um grau de especialização maior, mesmo entre os escravos. A natalidade é menos elevada que no campo, e o crescimento vegetativo passa por períodos intercalados entre positivo e negativo (MARCÍLIO, 1984).

Marcílio deixa claro que esses sistemas propostos são um panorama dos estudos de sua época e que devem ser criticados e debatidos. A partir da compreensão dessas limitações e possibilidades, fica clara a necessidade de se estabelecerem modelos e, principalmente, serem compreendidas suas complexidades para o fomento de uma História Social mais completa do século XIX. De tal modo, como se pôde observar, o aproveitamento desse modelo de análise documental em forma quantitativa traz

alternativas importantes para a pesquisa histórica, permitindo novas análises, sobretudo no contexto da História Social no Brasil.

Apesar dos significativos avanços metodológicos relatados, alguns personagens ficam ofuscados ou mesmo subapresentados nas fontes. Esse é, muitas vezes, o caso das mulheres. Andréa Lisly Gonçalves (2006), na obra *História & Gênero*, de 2006, frisa que a subapresentação das mulheres nas fontes demográficas, por exemplo, é devido ao fato de os “recenseadores” associarem a mulher ao trabalho doméstico, socialmente menos valorizado. A autora também aponta que os sub-registros, os quais podem ser observados tanto no Brasil quanto em países europeus, expõem os preconceitos dos responsáveis pela contagem, no que diz respeito ao espaço feminino de atuação, circunscrito no âmbito doméstico.

Cabe destacar que, em volumosas séries documentais de caráter demográfico, o que se procura ressaltar sobre as mulheres é justamente seu papel social na reprodução. Assim, as estatísticas dão atenção principal à faixa etária entre 15 e 49 anos, considerada a idade fértil feminina (GOLDANI, 1997, p. 67-84).

Dito isso, é notório o silêncio das fontes quando se procuram as ações e a vida das mulheres no passado. Michelle Perrot, na obra *Minha história das mulheres*, de 2008, elenca três razões para essa invisibilidade. Primeiramente, as mulheres não eram vistas no espaço público, o único que despertava interesse e pautava os relatos. O espaço feminino de atuação era a família, o privado. Para Perrot (2008, p. 17), as mulheres “aparecem sem nitidez, na penumbra dos grupos obscuros”. A segunda razão para o silêncio das fontes sobre as mulheres é que elas eram pouco vistas e pouco se falava delas. De forma geral, há poucos registros sobre elas. Já a terceira razão diz respeito à dissimetria sexual das fontes, em que se observa um volume desproporcional de fontes sobre os homens. Cabe apontar também que, na maior parte dos casos, os registros oficiais são de autoria masculina e, por isso, possuem o olhar, os preconceitos e os estereótipos de homens.

Assim, a apresentação das mulheres nas fontes, por vezes, desconsidera a identidade ou o nome das personagens, sendo mencionadas de forma trivial e destacadas apenas por sua cor, profissão ou grupo pertencente (negras, lavadeiras ou mães, por exemplo). Essa ressalva esclarece a forma como as fontes históricas tradicionalmente descrevem as mulheres e alerta o pesquisador para os estereótipos. Faz-se necessária uma leitura nas entrelinhas das fontes com o intento de levantar contestações diante da simplicidade com que se trata a questão das mulheres na História. Enfim, a releitura das fontes tradicionais e a seleção de novos volumes documentais podem oferecer parâmetros para uma crítica interna e externa mais eficaz, além de possibilitar a escrita de uma História da Mulher mais factível.

O surgimento da demanda pelo estudo da história das mulheres se relaciona diretamente com as pautas do Movimento Social Feminista e tem início por volta das décadas de 1960 e 1970. Para Perrot (2008), a história das mulheres passou por importantes mudanças no decorrer de sua construção: da história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada chegando finalmente à história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho e da política.

Alguns fatores, para Perrot, ajudam a compreender como a mulher se tornou objeto de estudo das ciências humanas. Os fatores científicos se caracterizam por uma aliança entre a História e a Antropologia, que redescobria a família. Ocorrida na década de 1970, essa associação foi amplificada pela expansão da Demografia Histórica. Então, a partir da família, novos personagens e questionamentos são inseridos no interesse dos pesquisadores, e a mulher é um desses personagens.

Cabe destacar que, apesar dos importantes diálogos, existem diferenças de abordagens e objetos entre a História da Família e a das mulheres. A confusão é recorrente devido ao atrelamento tradicional entre a vida da mulher e a família. Segundo Nader (1997, p. 68), todos os registros da mulher estão ligados, de alguma forma, à família, bem como à sua identidade, que “foi construída em torno do casamento, da maternidade, da vida privado-doméstica e da natureza à qual foi ligada”.

Outros fatores dizem respeito aos planos sociológico e político. Quanto ao primeiro, cita-se, por exemplo, a presença maciça da mulher nas universidades a partir dos anos 1970, o que provocou uma feminização do ambiente, promovendo uma nova demanda ou, pelo menos, cultivando um público receptivo à história das mulheres. No plano político, as mulheres se tornaram objeto de estudos das Ciências Sociais como consequência, sobretudo, do movimento de liberação das mulheres e do apoio de universidade e de intelectuais interessadas na História. Como resultado desse fator político, houve uma demanda em busca de ancestralidade e legitimidade, ou seja, as mulheres queriam ser inseridas na História, além de iniciarem um aprofundamento teórico nos estudos de gênero.

Segundo Perrot (2008, p. 20), a partir dessas novas ambições teóricas, “nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história”. Essa História fundamentada teoricamente e agrupada sob a interdisciplinaridade abandonou o entendimento de vitimização e destacou, para as mulheres, o papel de atrizes da trajetória histórica humana. Chegou ao ponto de sair de uma História das mulheres e alcançar uma História de gênero, que possui caráter relacional preliminar, isto é, faz-se a partir da relação entre o gênero masculino e o feminino e não somente de um deles.

Para a condução da História das relações de gênero, é preciso entender que o conceito de gênero é eminentemente político, pois foi cunhado e começou a ser utilizado

a partir do Movimento Social Feminista. Segundo Carolina M. S. Coelho (2009, p. 16), as feministas “reconheceram as determinações biológicas implícitas no termo sexo e buscaram um conceito que abrangesse as dimensões psicológicas, sociais e culturais da feminilidade e da masculinidade”. Isso significa que esse movimento assumiu o entendimento das relações entre homens e mulheres como construídas socialmente e que estas são, antes de tudo, relações de poder. Tal perspectiva foi impactante no interior da disciplina histórica, uma vez que colocou em debate as diferenças entre os sexos e as formas como se estabeleciam as relações de poder em diferentes escalas. Por fim, constatou-se que os estudos com a perspectiva de gênero são também um modo de dar significado às relações de poder existentes na sociedade.

Para Joana Maria Pedro (2005, p. 88), o uso da categoria “Gênero” por historiadores permitiu um foco nas relações entre homens e mulheres, bem como nas relações específicas entre os próprios homens e entre as próprias mulheres. Para a autora, há a possibilidade de se verificar que, “em diferentes momentos do passado, as tensões, os acontecimentos foram produtores do gênero”.

O caráter relacional destacado proporcionou uma ampliação significativa no leque de fontes para a história das mulheres. Nesse momento, foi abandonada a estratégia de procurar fontes nas quais as mulheres se faziam protagonistas, e as lacunas foram transformadas em oportunidades de verificação do papel desempenhado pelas mulheres em contextos diversos (GOLÇALVES, 2006).

246

A partir de então, as pesquisas realizadas em arquivos provocaram uma verdadeira revolução documental, que se expressou principalmente diante da relação entre os *domínios* da História das mulheres e da família, com a *dimensão* documental da Demografia Histórica.

Enfim, o processo de interesse pelo cotidiano iniciado pelos historiadores da chamada Escola dos *Annales* provocou uma profunda reflexão nos objetos de trabalho dos historiadores. Antigos campos foram reformulados, e novos campos, estabelecidos. Além disso, a interdisciplinaridade, mais que incentivada, foi exigida para a condução de uma história-problema.

O diálogo entre os três campos discutidos – Família, Demografia e Mulheres – foi bastante frutífero. O retorno aos arquivos, o largo aproveitamento das fontes de caráter quantitativo e, principalmente, o aporte metodológico da Demografia Histórica proporcionaram a condução de trabalhos importantes para a compreensão da História Social brasileira.

Especificamente no caso da História das mulheres, a busca de fontes e modelos para expressar os papéis e relações sociais das mulheres, antes silenciadas, fez-se também a partir das opções de fontes demográficas. O caminho até esse encontro

perpassou pelo íntimo diálogo entre os campos da História da Família, que, desde a década de 1970, serviu-se dos dados quantitativos, e da História das mulheres.

As relações, debates e contribuições envolvendo os estudos sobre família e demografia também são marcantes. Samara (1989) destaca o interesse constante dos demógrafos-historiadores na família. Para a autora, esse ainda é um contato inovador e existe muito que se pesquisar.

Nesse sentido, cabe relatar que os frutos do diálogo entre os três campos estão longe de se esgotarem. Os aspectos específicos da temporalidade, as características da colonização, a diversidade étnica da população e a extensão territorial do país são, entre muitas outras particularidades, fatores da composição social complexa estabelecida no Brasil.

Para se entender melhor essa realidade repleta de facetas, os estudos monográficos se tornam necessários. Verificar a realidade em diferentes contextos contribui, para além da comparação, na montagem de um panorama e de modelos mais diversos e adequados ao passado brasileiro.

## Referências

- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da História**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BOTELHO, T. R. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 321-341, 2005.
- BURKE, Peter (Org.) **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.
- \_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.
- CANDIDO, Antonio. The Brazilian family. In: SMITH, T. Lynn; MARCHANT, Alexander (Org.). **Brazil**: portrait of half a continent. Nova York: The Dryden Press, 1951.
- COELHO, Carolina Marra Simões. Gênero: teoria e política. **Dimensões - Revista de História da Ufes**, Vitória, n. 23, p. 13-27, 2009.
- CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ALMEIDA, Mariza Suely. **Colcha de retalhos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GOLDANI, Ana Maria. Demografia e feminismo: os desafios da incorporação de uma perspectiva de gênero. In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**:

desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 67-84.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **População e sociedade**: evolução das sociedades pré-industriais. Petrópolis: Vozes, 1984.

NADALIN, Sérgio Odilon. **A demografia numa perspectiva histórica**. São Paulo: ABEP, 1994.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher**: do destino biológico ao destino social. Vitória: Edufes, 1997.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, n. 1, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PRADO, Danda. **O que é família**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SABOIA, Ana Lucia; COBO, Barbara. Famílias Conviventes no Censo Demográfico 2000. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **Anais...** Belo Horizonte, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/SaboiaCobo.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

TUPY, Ismênia. Demografia histórica e família escrava no Brasil: o estágio atual da questão. **População e família**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 227-480, 2000.